

ESCOLAS DO CAMPO E IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS ESCOLARES: DESAFIOS À GESTÃO DEMOCRÁTICA¹

Keila da Silva Gomes

Graduada em Pedagogia

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

kheyllacx@hotmail.com

Lucineide Barros Medeiros

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

lucineidebarrosmedeiros@yahoo.com

RESUMO

Como se dá o processo de gestão em escolas da zona rural e, neste contexto, como estão situados os conselhos escolares? Estas são questões centrais no presente trabalho. Os dados analisados foram obtidos por meio de pesquisa de campo envolvendo duas escolas pertencentes a rede pública dos estados do Piauí e Maranhão, ambas situadas no Campo. Na construção do suporte teórico recorremos a autores/as como Paro (1998), Werle (2003), Luck (2009), dentre outros/as. Concluímos que a gestão democrática se apresenta como uma expectativa e como um ideal, perseguido pelos sujeitos da escola, contudo, a concretização de seus mecanismos ainda são desafios a serem alcançados. Nos desafios de efetivação dos conselhos escolares são destaques a falta de informação sobre o papel e indisponibilidade para assumir as funções, somadas a outras dificuldades, próprias das escolas do campo, como a falta de um quadro permanente de professores e técnicos.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Gestão Democrática. Escola do Campo.

COUNTRYSIDE SCHOOLS AND IMPLEMENTATION OF ACADEMIC COUNCILS: CHALLENGES TO THE DEMOCRATIC MANAGEMENT

1 Pesquisa realizada no contexto do Programa Residência Agrária
UESPI/PRONERA/CNPq/MST (Chamada CNPq/PRONERA 26/2012)

ABSTRACT

As From The Management Process in Schools of the countryside and, in this context, as are situated the School Boards? these are Key issues in the Present Work. The analyzed data Were obtained in Field research medium involving two schools belonging to public network in the states of Piauí and Maranhão, both located in the field. Construction on the theoretical support resorted to Authors / Como Paro (1998), Werle (2003), Lucky (2009), among other / as. We conclude That the Democratic Management is presented as a Expectation and How ideal um, pursued those school subjects, however, the realization of mechanisms its still are challenges to be met. The Challenges of realization of School Councils are highlights the lack of information on the Role and unavailability paragraph take as functions, added one other difficulties, own the Field Schools, as the lack of permanent hum Framework teachers and technicians. Keywords: School Board. Democratic management. School Field.

Keywords: School Board. Democratic management. School Field.

Gestão escolar participativa: alguns pontos de partida

Partindo do pressuposto de que uma Educação de qualidade não se efetiva isoladamente, mas em um processo de colaboração, situamos a importância da participação social na gestão escolar, como parte do exercício de controle social da educação, tendo em vista a sua melhoria. A perspectiva de participação democrática está ancorada teoricamente em Paro (1992), Abranches (2003), Libâneo (2003) e outros/as, pressupondo o envolvimento da comunidade escolar e não-escolar. Contudo, focamos no trabalho o protagonismo de agentes integrados ao cotidiano escolar, especialmente professores/as e gestores/as, considerando desafios apontados em entrevistas e questionários e o cotejamento com dados documentais.

Luck (2009, p. 24) destaca que a gestão escolar “constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação” pois permite observar os problemas educacionais globalmente e adotar ações interligadas. Por esse entendimento a gestão escolar agrega responsabilidades específicas e necessárias à realização das demais dimensões, inclusive a que envolve agentes que não vivenciam o cotidiano da escola.

Esse encontro de pessoas requer, conforme ressalta Cury (2005), interrogações e busca de respostas que possam auxiliar o governo da educação, pressupondo a organização de dinâmicas e instâncias, em condições de pleno funcionamento, dentre essas o Conselho escolar, um espaço de participação ao lado de outros, como conselho de pais e professores/as, grêmios estudantis e sindicato das categorias de profissionais da educação.

De acordo com o Ministério da Educação - MEC os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola, analisar as ações a empreender e os meios necessários ao cumprimento das finalidades escolares. De acordo com documento “Perfil dos Conselhos Municipais”, publicado no ano de 2006, pelo MEC, dentre as funções dos conselhos escolares as que mais se destacam são a consultiva presente em 80% dos conselhos, seguida pela função deliberativa presente em 74% e a função fiscalizadora presente em 71% dos conselhos, o que denota a relevância das funções atribuídas a conselhos e conselheiros, tanto no contexto da escola, como do sistema educacional.

Contudo, apesar da previsão legal e existência formal dos espaços, na prática, observando as escolas, ora identificamos um enorme silêncio a respeito da experiência, ora reclamações quanto a falta de transparência, comunicação horizontal e oportunidade de pronúncia da comunidade sobre determinados assuntos.

Nas escolas situadas no Campo a situação se agrava ainda mais, pois agrega a problemática histórica que marca o território rural, considerado, no senso geral, como lugar atrasado, ou “quintal da cidade”. Essa construção social excludente do Campo se reproduz no modo de produção da escola, geralmente gerida a partir de instâncias formatadas com os valores e práticas urbanas, tidas como de qualidade superior e capazes de serem afirmadas como “tipo ideal”.

Desafios da gestão participativa na Escola do Campo

Como a cultura organizacional da escola está relacionada ao contexto histórico e às experiências vivenciadas pela sociedade e suas instituições (LUCK, 2009, p. 116) há, na gestão das escolas, o predomínio de feições e espírito urbano, quadro que deve ser superado, pois, dentre outros problemas, o controle das decisões fica reservado a “especialistas” ou pessoas indicadas por lideranças políticas, geralmente formadas e radicadas nos modos de vida e saberes urbanos. Essas pessoas terminam personificando um micro-poder sobre o “pequeno mundo” da escola do campo.

Essa cultura vem negligenciando e, mesmo, impedindo a aprendizagem da participação democrática, assegurando o que alguns/algumas consideram exclusão do direito de influir e outros/as comodidade de não assumir responsabilidades além da esfera de competências restritas e individuais.

Nesse sentido, a escola do campo tem uma dupla responsabilidade: promover a gestão escolar baseada em suas especificidades, de modo integrado, sem tutelamento e, ao mesmo tempo, colaborar para a superação da cultura organizacional geral que orienta a gestão educacional. Contribuições para essa construção podem ser buscadas nas construções do Movimento Por uma Educação do Campo que, por sua vez, vem sendo construído no contexto de lutas e conquistas que articulam Reforma Agrária e educação, buscando, ao mesmo tempo, a superação do entendimento equivocado a respeito do campo e dos/as camponeses/as. Trata-se, portanto, de imprimir na gestão a concepção que emerge da luta social e das práticas de educação dos/as trabalhadores/as do e no campo.

Porém para que essa cultura organizacional se estabeleça é necessário que as pessoas envolvidas tenham informações sobre os processos, requerendo, assim, aprendizagem técnico-política, daí o papel pedagógico e transformador dos conselhos escolares, quando funcionam como espaços de gestão da escola, mas também como oficina de formação, principalmente dos/as educandos/as. Faz-se necessário, para tanto, o exercício permanente e articulado de discutir, compreender e fazer a escola, em suas diferentes dimensões, integrando as demandas da aula ao funcionamento administrativo da unidade e do sistema educacional, de modo crítico e propositivo.

Essa construção não prescinde da delegação de responsabilidades operacionais, porém as condições e o direito de decidir devem ser prerrogativas de todos(as). Neste particular observamos a responsabilidade diferenciada dos gestores/as com funções administrativas, pois além da competência operacional devem ter a competência política de promover a participação, fazendo com que suas ações sejam compartilhadas socialmente pela comunidade, favorecendo o acesso, a transparência e a continuidade das ações. Tal postura é, ao mesmo tempo, um resguardo e uma responsabilidade ético-política, que remete ao rompimento com as práticas centralizadoras e hierarquizantes.

Porém a alteração dessa realidade não é uma construção fácil, a escuta dos professores/as das duas escolas evidenciou dificuldades como *“critérios burocráticos”, “disponibilidade em participar, pois muitos dizem que não podem”, “falta de informação com relação a implementação de um conselho escolar”* *“A maior dificuldade é que esse conselho se configura em uma espécie de ‘trabalho extra’ que exige tempo e deslocamento, como trabalho burocrático junto ao banco, pesquisas de preço, etc, porém não há remuneração extra para compensar.”*

Já os gestores participantes destacaram questões como: *“Existe entre Conselho Escolar e Gestão democrática uma relação direta. Do ponto de vista do investimento e planejamento estrutural e financeiro, de conseguir a estrutura sim. Mas do ponto de vista do planejamento e da ação pedagógica e orientação de acompanhamento mesmo, desse conselho não existe.”; “falta cooperação das pessoas. Não querem assumir responsabilidade. Porque acreditam que todas as decisões devem ser tomadas e assumidas pela direção”*.

Como podemos observar, as questões relacionadas acima dizem respeito às limitações técnico-políticas, em alguns momentos pertinentes a escassez de tempo, em outros a falta de compreensão sobre a importância do exercício da participação. Contudo, há também explicações relacionadas ao modo como se processa a política educacional na atualidade. Neste sentido, um dos gestores/as escolares destacou: *“os obstáculos encontrados na composição de um conselho escolar para escolas do campo, é que na sua maioria não possuem funcionários, diretora que demonstrem entendimento sobre a questão específica”*

Considerações Finais

Apesar dos desafios colocados devemos ressaltar que a gestão escolar democrática é posta como uma exigência relacionadas a qualificação da educação e, neste sentido, predomina um discurso de recusa ao autoritarismo e concentração de poder, representando, ao mesmo tempo, uma reivindicação de avanço dos processos democráticos.

Contudo, percebe-se que apesar da defesa da gestão democrática, não há gestos concretos suficientemente situados frente as exigências discursivas, prova disso são as dificuldades apontadas na efetivação dos conselhos escolares nas escolas investigas que, apesar de estarem formalmente constituídos, não funcionam satisfatoriamente, seja em razão do desconhecimento de seu papel e forma de atuação, seja pela indisposição em assumir a participação sistemática ou, ainda, por representarem ampliação de jornada de trabalho.

Na escola do campo, incidem as dificuldades identificadas nas escolas urbanas, contudo, há agravantes relacionados ao isolamento das escolas, pelas dificuldades de acesso e mobilidade, falta de computadores e internet, indicações externas para os cargos de gestão, predomínio de professores temporários e não residentes nas imediações, em geral deslocados dos centros urbanos, com dificuldade de estabelecer vínculos com a escola, suas necessidades e projetos.

De modo geral entendemos que a implementação qualificada dos conselhos escolares, enquanto espaços de construção de gestões escolares democráticas, são conquistas sociais na educação que devem ser potencializadas e, para tanto, requer, dentre outras construções, o fortalecimento teórico-prático de uma cultura organizacional que permita condições concretas, relacionadas à formação política e técnica, destinação de tempo, de mecanismos de comunicação e transparência e implementação da política de educação do campo, com formação de professores do campo, formação de quadros permanentes e criação de vínculos com a cultura organizacional da escola, de modo horizontal e integrado.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar** : Espaço de Participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. elaboração NAVARRO, Ignez Pinto; WITTMANN, Lauro Carlos; DOURADO, Luiz Fernandes; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; GRACINDO, Regina Vinhaes – Brasília : MEC, SEB, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares)

CURY, Carlos Roberto Jamil. O princípio da gestão democrática na educação. Gestão democrática da educação pública. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gestao_deococratica_cury.pdf. Acesso em: 11/09/2015

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. Goiânia. Editora Alternativa, 2003.

LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v.73, n.174, p.255-290, maio/ago. 1992

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.